

Recrutamento partidário local: uma análise do perfil dos filiados e dos incentivos para a adesão a partidos políticos no Rio de Janeiro¹

Márcio Grijó Vilarouca²
Philippe Chaves Guedon³

Resumo

Há poucos estudos recentes no Brasil que se debruçaram sobre o tema filiação partidária sob o ponto de vista interno das organizações políticas. Em parte desta literatura, os principais limites para o avanço do conhecimento residem na dificuldade de acesso aos partidos e, ultrapassada esta barreira, na qualidade dos registros internos dos filiados. Neste artigo, exploramos os resultados de um *survey* telefônico a partir de uma amostra por conveniência com filiados de cinco partidos políticos da cidade do Rio de Janeiro – DEM, PRTB, PV, PDT e PT –, buscando analisar o perfil dos filiados, o tipo de vínculo e o grau de ativismo partidário. Como objeto teórico principal, e em conjunção com um dos principais debates no campo, orientado a determinar o “motor da filiação”, iremos examinar o peso das variáveis ideologia ou ambição de carreira no processo de adesão e/ou retenção partidária.

Palavras-chave: Filiação partidária. Partidos políticos. Recrutamento partidário.

1 Este artigo é resultado parcial de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Carreiras políticas e recrutamento de vereadores na cidade do Rio de Janeiro” com financiamento da Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado da FGV (RPCAP)

2 Márcio Grijó Vilarouca. Doutor em Ciência Política. Professor do CPDOC/FGV. marcio.grijo@fgv.br - <https://orcid.org/0000-0003-0558-8360>

3 Philippe Chaves Guedon: Doutor em História, Política e Bens Culturais. SME/RJ, philippe_guedon@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-4221-3306>



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

I. Introdução

Em julho de 2020, cerca de 16 milhões ou 11% dos eleitores brasileiros estavam filiados a partidos políticos (TSE, 2020).⁴ O índice registrado pelo TSE é mais que o dobro do apresentado pelos países europeus, com média de 4,7% (VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2011). É possível identificar uma tendência levemente ascendente e estável das taxas de filiação ao longo dos últimos 16 anos, que supera o crescimento do eleitorado brasileiro, embora com variações espaciais entre regiões e municípios (CERVI; TERRON; SOARES, 2020). Não há dúvidas de que as cifras oficiais são “infladas”, uma vez que não há obrigação legal de recadastramento periódico e, ao mesmo tempo, porque esses números indicam tão somente a sinalização de um ato formal que consiste no preenchimento de uma ficha física ou virtual de filiação e que, portanto, não revela nada sobre a qualidade do vínculo ou do grau de ativismo partidário. Em contraposição, as várias ondas do *survey* nacional do Estudo Eleitoral Brasileiro apontam para uma magnitude menor do fenômeno e de um padrão mais errático do que os apresentados nos dados oficiais: as taxas estimadas de filiação foram de 5,7% em 2002, 2,6% em 2014, e de 4,6% em 2018.

Há poucos estudos recentes no Brasil que se debruçaram sobre o tema (SPECK, 2013; SPECK; BRAGA; COSTA, 2015; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018; MINGARDI, 2018; RIBEIRO; AMARAL, 2019; CERVI; TERRON; SOARES, 2020). A baixa saliência do tema pode, em parte, ser creditada aos diagnósticos pessimistas iniciais sobre a natureza do sistema eleitoral brasileiro e, em consequência, dos partidos políticos (CAREY; SHURGART, 1995; SARTORI, 1996; MAINWARING, 1999; AMES, 2003; LIMA JR., 1993) e também da fragilidade de seus vínculos com o eleitorado (KINZO, 2005; PAIVA; BRAGA; PIMENTEL, 2007). Outro obstáculo que tardou o avanço do campo, dessa vez de caráter metodológico, reside na avaliação negativa da qualidade dos dados oficiais sobre filiação e, alternativamente, pela dificuldade de acesso às informações internas dos partidos.

4 Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/brasil-tem-16-4-milhoes-de-filiados-a-partidos-politicos>.

Outra explicação também plausível se justifica pelas percepções negativas da literatura internacional sobre o funcionamento e as transformações das organizações partidárias oriundas, em parte, de modelos heurísticos e evolutivos que assinalavam o fim da era dos partidos de massas, nos quais os filiados eram agentes fundamentais, com a consequente e posterior teorização da ascendência dos partidos *catch all* ou de perfil profissional eleitoral (KIRCHHEIMER, [1966] 2012; PANEBIANCO, 1988) e, mais recentemente, a partir da tese da emergência do partido cartel, esposada por Katz e Mair (1995, 2009), com a pressuposição de que o peso do financiamento estatal tornaria prescindível o recrutamento partidário. No entanto, os últimos anos 20 anos presenciaram um reavivamento, embora lento, do interesse internacional pela filiação partidária, principalmente em função de estudos comparados que se ocuparam de esforços de construção teórica, testes de teorias rivais e que avaliaram mais amplamente os fundamentos da participação política, não obstante, agora aplicado a um objeto autônomo (SEYD; WHITELEY, 2002; VAN HAUTE; GAUJA, 2015; SCARROW, 2015).

O artigo é organizado em cinco seções. Iniciamos com a análise dos múltiplos enfoques teóricos sobre filiação e/ou recrutamento no Brasil, organizados e agrupados a partir das diferentes metodologias empregadas por diversos estudiosos, com o objetivo de ressaltar não só a natureza dos filiados e os tipos de vínculos estabelecidos, por eles, com seus partidos, mas principalmente para situar o debate sobre o peso das variáveis ideologia ou ambição de carreira (incentivos seletivos) no processo de adesão e/ou retenção partidária, isto é, determinar o “motor” da filiação partidária. Em seguida, apresentamos uma breve discussão metodológica acerca do processo de seleção da amostra e das dificuldades de acesso às fichas internas de filiação dos partidos. Na terceira seção, descrevemos o perfil sociodemográfico dos filiados, seu capital associativo prévio, sua autoidentificação ideológica e posicionamento frente a valores pós-materialistas. Na quarta seção, analisamos as formas de ingresso nos partidos, se via recrutamento ativo ou receptivo, e o grau e os tipos de engajamento dos filiados em atividades partidárias. A última seção é dedicada à discussão metodológica e substantiva acerca do “motor da filiação” partidária, com a apresentação de

evidências sobre o peso da ideologia e dos incentivos seletivos no processo de filiação partidária, nosso objeto de pesquisa principal.

Revisão teórica sobre os determinantes da filiação partidária no Brasil

Por meio da análise das datas de “admissão” disponíveis na base oficial do TSE, Speck (2013) e Mingardi (2018) verificaram que o grosso do volume das filiações ocorria na data limite do lançamento de candidaturas aos pleitos municipais, antecedendo as convenções partidárias e que, por isso, o “motor da filiação” estaria diretamente relacionado à intenção de disputar um mandato eletivo ou de apoiar candidaturas de terceiros. Sua incidência seria menor tanto no período da competição eleitoral propriamente dita, quanto após a realização do pleito, quando se definem quais atores terão acesso aos recursos estatais. As taxas de filiação, que apresentam relação inversa com o tamanho dos municípios, seriam impactadas principalmente pela presença de candidaturas à prefeitura e, principalmente, pelo número de candidatos a vereador lançados pelos partidos e que superam, em muito, as opções disponíveis quando da ocorrência de pleitos nacionais (SPECK, 2013).

Por outro lado, a análise geoespacial executada por Cervi, Teron e Soares (2020) requalifica o argumento de que as maiores taxas de filiação são encontradas nos “rincões” – em municípios menos urbanizados, com menor nível de desenvolvimento e maiores indicadores de vulnerabilidade. Segundo os autores, esse fato poderia indicar uma relação instrumental (e não ideológica) dos filiados com os partidos pela busca de canais de acesso ao Estado. Ao analisar importantes variações longitudinais nas taxas, entre o período 2014 e 2018, os autores reforçam a ideia (menos estruturalista, por assim dizer) que “[...] talvez a dinâmica seja fruto exclusivamente das forças e interesses políticos partidários no incentivo à filiação” (CERVI; TERRON; SOARES, 2020, p. 515).

Outro trabalho ancorado na análise dos dados do FiliaWeb do TSE, mediante o estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro, ajuda a redimensionar o fenômeno ao verificar que, em média, 48% dos filiados migraram entre partidos entre os anos de 2012 e 2016. Nesse sentido, os migrantes circulam

entre diversas legendas com motivações instrumentais eleitorais; embora as migrações incoerentes ocorram (aquelas que atravessam o espectro ideológico), elas representariam uma parte menor dessas movimentações. Em trabalho mais recente, e com o uso de entrevistas qualitativas, o autor sugere que há fatores de atração e repulsão na migração dos filiados relacionados, algumas vezes de forma concomitante, tanto a questões ideológicas quanto de cálculos eleitorais. A dimensão ideológica envolve aspectos organizacionais e políticos programáticos, enquanto a dimensão eleitoral estaria relacionada à distribuição de incentivos seletivos, isto é, à força ou à fragilidade eleitoral das legendas e/ou à influência do Poder Executivo.

Outra estratégia metodológica utilizada por vários autores consiste na análise de *surveys* com amostragem probabilística nacional de eleitores (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015) ou de *surveys* direcionados aos filiados de alguns partidos políticos (AMARAL, 2014; RIBEIRO, 2015; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018; RIBEIRO; AMARAL, 2019). Insistimos na organização do debate a partir das metodologias analíticas empregadas, com intuito de ressaltar as diferentes inferências feitas sobre o “motor da filiação”, se estiver ancorado primordialmente em incentivos seletivos ou coletivos ideológicos (ideologia ou convicção política). No primeiro caso, Speck, Braga e Costa (2015), a partir dos dados do *survey* nacional do ESEB (2014), demonstram a heterogeneidade da natureza da filiação e dos vínculos estabelecidos com os partidos, assinalando que apenas a metade dos respondentes tem identificação com o partido ao qual se filiaram. Por sua vez, outros 28,5% manifestavam empatia por outra agremiação e 21,3% não indicavam preferência por nenhum partido. A relação afetiva com as legendas, por sua vez, variava conforme o campo ideológico, com relações menos intensas entre indivíduos e organizações nos partidos de centro e de direita. Em termos de comportamento político, os filiados se diferenciam do eleitor comum porque são capazes de compreender a díade esquerda e direita, participam de diversas modalidades de ativismo, têm maior probabilidade de estarem vinculados a diversos tipos de associativismo e de votar em candidatos do partido.

Outra linha de estudos se orientou a consecução de *surveys* com filiados a partidos políticos, método que apresenta uma série de dificuldades

relacionadas ao acesso às informações internas das agremiações e à obtenção de uma amostra aleatória. A título de exemplo, a pesquisa sobre partidos no estado de São Paulo⁵, em virtude desses limites, redirecionou o foco aos filiados de “alta intensidade”, ou seja, àqueles militantes⁶ que puderam ser contatados mais facilmente nas sedes partidárias (AMARAL, 2014; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; AMARAL, 2019). Os autores do consórcio paulista desprezaram, em sua amostra (não probabilística), um percentual elevado de indivíduos que haviam exercido ou exerciam cargos partidários e, adicionalmente, de funcionários públicos (cerca de 60%) – o que sinalizaria, segundo Amaral (2014), a relevância dos recursos estatais para a manutenção do funcionamento das atividades partidárias. Ribeiro e Amaral (2019) encontraram como principais fatores da participação de “alta intensidade”, medidos por horas dedicadas ao partido, a prevalência da ideologia ou de convicções políticas (com o maior efeito), as percepções sobre a eficácia individual e partidária e o nível educacional. Em resumo, “[...] as motivações para a participação de alta intensidade estão ancoradas em recursos cognitivos e cálculos estratégicos por parte dos filiados” (AMARAL, 2014, p. 2).

Segundo Ribeiro e Amaral (2019), ao justificarem o ingresso na política partidária, cerca de 37% mencionaram suas “convicções políticas”, seguido por incentivos de processo (28,5%) e pela influência da tradição familiar (15,1%). Apenas 15,7% mencionaram razões puramente instrumentais atreladas à carreira política ou a chances de emprego. A nosso ver,

5 Consórcio de pesquisadores financiados pela FAPESP: “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)”, coordenado pela pesquisadora Raquel Meneguello. Informações retiradas de: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/148540/organizacao-e-funcionamento-da-politica-representativa-no-estado-de-sao-paulo-1994-e-2014/>.

6 Paludo, Borba e Gimenes (2018), a partir de um estudo de caso com filiados ao PT, por meio de um survey autopreenchido por e-mail, partiram da hipótese baseada na sociologia do militantismo de que tempo de filiação e idade são preditores de mútuo reforço da participação de alta intensidade. Os autores identificam dois tipos principais de socialização geracional, um dos perfis representando indivíduos mais velhos e com mais tempo de filiação, cuja socialização foi referenciada no processo de fundação do partido e de participação em movimentos sociais (e que inclui o período posterior de moderação do PT) e outro representando filiados novos e de meia idade que teriam aderido quando o partido já se encontrava no poder federal. Os níveis de engajamento do primeiro grupo são maiores nos vários tipos de ativismo considerados, desde opções de menor custo, como a participação em abaixo-assinados e contribuições financeiras, até em opções mais demandantes em termos de tempo e esforço, que envolvem a participação em reuniões partidárias e em campanhas eleitorais.

a elevada presença de indivíduos com cargos partidários teria ajudado a inflar a importância dos “incentivos coletivos ideológicos”, em função do método de coleta de dados nas sedes partidárias e, também, em virtude do viés tipicamente presente em *surveys*, no sentido da produção de respostas “socialmente aceitáveis”. Nos *surveys* aplicados em outros países, esse fenômeno se repete, com a ideologia sendo apontada como a primeira e a principal justificativa de adesão aos partidos políticos (VAN HAUTE; GAUJA, 2015).

Como vimos nestes estudos, com diferentes desenhos metodológicos, as ênfases explicativas ora recaem na importância das motivações instrumentais, ora nos incentivos coletivos ideológicos, embora ambas não sejam autoexcludentes. Nesse sentido, através de um *survey*, com cinco partidos selecionados no município do Rio de Janeiro, iremos mensurar o peso das motivações instrumentais no processo de novas filiações partidárias. Partimos da hipótese de que parte dos estudos tem dado uma importância excessiva ao fator ideologia em contraposição às motivações relacionadas aos incentivos seletivos (de ambição de carreira) no processo de adesão e/ou retenção partidária.

Metodologia

Como etapa preparatória, realizamos 12 entrevistas em profundidade, com líderes partidários, que nos ajudaram a viabilizar os contatos iniciais para a consecução da pesquisa, com a realização de um *survey* telefônico com indivíduos que se filiaram a partidos políticos no município do Rio de Janeiro no período entre 2012 e 2016. Entramos em contato, em um primeiro momento, com todos os partidos no município através dos seus e-mails institucionais e, em um segundo momento, por meio de visitas a algumas sedes partidárias. Considerando os partidos que aceitaram participar com a cessão dos registros internos de filiação, obtivemos uma amostra por conveniência composta por 431 questionários⁷, assim distribuídos:

7 Entre parêntesis apresentamos, além do número de “entrevistados” em nossa amostra, a proporção em relação ao total de filiados no período de 2012 e 2016, usando como referência os dados do FíliaWeb. As menores porcentagens dos partidos de esquerda foram ocasionadas pelo atípico número de novos filiados nas eleições de 2012, quando o PT filiou 852 e o PDT 658 novos membros. Para se ter uma ideia do caráter desviante desses

PT (165/14%), DEM (90/27%), PDT (82/7%), PRTB (61/22%) e PV (33/17%). O *survey* telefônico foi realizado entre os meses de agosto de 2018 e março de 2019 por meio de um questionário estruturado⁸ com duração média de 15 minutos, contemplando os seguintes tópicos: perfil socioeconômico, capital social prévio, ideologia e valores pós-materiais, associativismo prévio, motivos para a filiação e grau de participação nas atividades partidárias internas.

Verificamos que os partidos diferiam, e muito, na forma de armazenamento dos cadastros físicos e virtuais das fichas de filiação das quais necessitávamos os telefones. Como de praxe, negociamos caso a caso a autorização e acesso ao material com a garantia do anonimato dos respondentes e, em alguns casos, com a devolução dos resultados da análise. A título de exemplo, da guarda e do armazenamento destas informações, em um dos partidos a secretária nos indicou uma sala com várias caixas, dentre as quais, embora não soubesse “exatamente”, estariam as fichas de filiação. Em outro, o material era organizado em uma base de dados e a juventude do partido mantinha uma lista no WhatsApp com os militantes jovens mais ativos.

A partir das fichas e dos telefones coletados realizamos um sorteio aleatório com a intenção de definir a quota de entrevistados de cada partido, proporcional ao número de filiados. Durante a realização do *survey* telefônico, verificamos que as informações não estavam atualizadas e procedemos a reposição amostral aleatória. Não obstante, foi necessário “esgotar” todos os nomes das listas para chegarmos à amostra apresentada neste estudo, inviabilizando a execução de uma amostra probabilística. Podemos ao menos afirmar que, no processo de pesquisa, não geramos um viés sistemático. Mas o viés existe, embora não seja possível precisar de qual tipo.

O estudo, portanto, apresenta dois limites: o primeiro, oriundo da dificuldade de acesso aos partidos, nos conduziu a execução de uma amostra por conveniência. O segundo limite diz respeito às características

números, o terceiro maior número de novas filiações em um único ano ocorreu em 2016, quando o DEM recebeu um total de 182 novos aderentes.

8 Usamos como referência para a elaboração do instrumento os questionários disponíveis em: Machado, 2016; Seyd e Whiteley, 2004; Paludo, 2014; Zucco Jr., 2011; Amaral, 2014; e Ribeiro e Amaral, 2019.

organizacionais dos partidos, resultado da precariedade do armazenamento e da utilização interna dos registros de filiados – o que impediu a utilização de uma amostra aleatória. Essas duas balizas são intransponíveis para quaisquer estudiosos que queiram se aprofundar na análise comparativa dos filiados de diferentes partidos no Brasil. A partir dessa constatação, e para lidar com o viés não identificável na amostra, iremos lançar mão de algumas estratégias para validar, ainda que indiretamente, nossos resultados. Em primeiro lugar, partimos do reconhecimento de que nossos dados não permitem fazer inferências para a população de partidos e filiados, ressaltando-se que nossa amostra considera apenas aqueles que se filiaram entre os anos de 2012 e 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, como forma de controle da “qualidade” dos dados, iremos comparar as informações e os perfis dos filiados em nossa amostra com os dados e os achados teóricos e empíricos da literatura nacional e internacional.

O perfil dos filiados cariocas

4.1 Perfil socioeconômico

Scarrow e Gezgor (2010), a partir de um *survey* realizado em 12 países europeus, e Van Haute e Gauja (2015), por meio de um compilado de estudos de caso em dez países, indicaram certa previsibilidade nos padrões de filiação partidária. Via de regra, o perfil sociodemográfico é caracterizado pela sobrerrepresentação de homens, em idade madura e com níveis de escolaridade e renda superior ao do eleitorado em geral. Outros estudos de caso realizados no Canadá (CROSS; YOUNG, 2004), na Dinamarca (PEDERSEN *et al.*, 2004), no Reino Unido (BALE; WEBB; POLETTI, 2019) e no Brasil (AMARAL, 2014; RIBEIRO, 2015; SPECK, 2013; SPECK; BRAGA; COSTA, 2015; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018; RIBEIRO; AMARAL, 2019) confirmam esse padrão geral e monótono de sobrerrepresentação.

Tabela 1 – Dados socioeconômicos dos filiados*

	DEM	PRTB	PV	PDT	PT
Sexo feminino	24,4	18	21,2	32,9	29,9
Idade mediana	49	48	44	51	48
Jovens (16 a 34 anos)	21,1	16,4	24,2	14,6	31,5
Branco	46,4	44,8	62,5	42,5	56,4
Pardo	36,9	39,7	21,9	41,3	25,8
Preto	16,7	13,8	6,3	15	14,1
Zona sul/centro	13,3	4,9	24,2	17,3	40
Zona norte	43,3	36,1	30,3	48,1	38,2
Zona Oeste	41,1	55,7	36,4	28,4	18,8
Católica	34,4	37,7	33,3	32,9	30,2
Evangélica	30	37,7	6,1	40,2	14,2
Umbanda/candomblé	3,3	3,3	3	8,5	9,9
Espírita Kardecista	7,8	6,6	12,1	2,4	6,8
Outras religiões	8,9	6,6	18,2	4,9	3,1
Crê em Deus, sem religião	15,6	4,9	12,1	7,3	12,1
Ateu, não crê em Deus, agnóstico	0	3,3	15,2	3,7	20,4
Renda mediana	4.000	3.000	5.500	3.250	3.000
Base de respondentes	90	61	33	82	165

* Em porcentagem (%), com exceção de Idade e Renda em Reais.

Fonte: Elaboração dos autores

A amostra na cidade do Rio de Janeiro também “reproduz” esses padrões gerais. Embora as mulheres sejam maioria do eleitorado (55%), sua representação em nossa amostra é de cerca de 30%, cifra próxima à encontrada na base do TSE (33%). Parte da literatura concentra a análise da sub-representação feminina na política institucional, sobretudo parlamentar (MIGUEL; BIROLI, 2010; ARAÚJO; BORGES, 2012; ARAÚJO, 2014); contudo, os dados sobre filiação indicam que esta distorção já se

apresenta consolidada em fases anteriores da construção das carreiras políticas, mas acentuadamente em partidos de direita⁹ e no PV (ver Tabela 1).

Na amostra de partidos analisados, a média etária é de 46,7 anos. O PT apresenta o maior percentual de filiados jovens com idade de até 34 anos (31,5%), cifra próxima da média do eleitorado, enquanto o PDT se destaca pela maior proporção de filiados com mais de 45 anos (com 68,3%, em contraposição à cifra de 50% no eleitorado). Os dados da amostra parecem indicar que há renovação de jovens nos partidos, que representam aproximadamente 22% dos novos filiados.

Quando analisamos o parâmetro cor/raça, verificamos que PV e PT se conformam ao padrão de predomínio de filiados brancos, em contraste com PDT, DEM e PRTB que possuem mais de 50% de filiados pardos e negros em suas fileiras. Neste caso específico, pode-se inferir que a falta de representatividade parlamentar não decorre necessariamente da baixa presença desses segmentos nas fileiras partidárias, nem da menor oferta eleitoral desse grupo, como apontaram Campos e Machado (2015).

Ao consideramos as duas religiões dominantes, verificamos a predominância de católicos no PT e um equilíbrio maior entre católicos e evangélicos no PRTB e no DEM. Os evangélicos estão mais bem representados no PDT e sobrerrepresentados no PV. Por sua vez, as religiões de matriz africana estão sobrerrepresentadas e os Kardecistas sobrerrepresentados em quase todos os partidos. Destacam-se, também, aqueles que se declaram ateus ou agnósticos, tanto no PT, quanto no PV. Com o intuito de avaliar a intensidade do vínculo religioso, tomamos como parâmetro os indivíduos que declararam frequentar missas ou cultos mais de uma vez por semana. A frequência é mais elevada no PDT (36,4%), seguido por PRTB e DEM (com 25,9% e 22,2%, respectivamente), e com menor intensidade no PV (18,2%) e no PT (10,4%). Este padrão, embora com intensidades diferentes, assemelha-se ao encontrado no sistema partidário europeu, no qual os partidos de centro-esquerda e os verdes apresentam, em suas fileiras, maior proporção de indivíduos sem religião ou com menor intensidade de vínculo religioso (VAN HAUTE; GAUJA, 2015).

9 Estudos comparados apontam que o desequilíbrio de gênero é correntemente mais acentuado em partidos de direita (VAN HAUTE; GAUJA, 2015).

Uma hipótese possível para essas diferenças na distribuição de cor/raça e de religião pode ser atribuída à capilaridade geográfica dos partidos (isto é, à trajetória dos partidos no município), mais do que a estratégias de recrutamento propriamente ditas. O PT se sobressai na Zona Sul e no centro da cidade, enquanto o PRTB apresentaria menor inserção nessas áreas, com a maior parte dos seus filiados atuando na Zona Oeste. O PDT se destaca na Zona Norte, enquanto o DEM demonstra um equilíbrio entre as Zonas Norte e Oeste, mas com baixa inserção na Zona Sul.

Em relação ao capital cultural, há um farto material empírico e teórico sobre a influência da escolaridade na participação política (CAMPBELL *et al.*, 1960; BERINSKY; LENZ, 2011). A ideia central dessa associação é que os cidadãos mais escolarizados tenderiam a participar mais das eleições e que, além disso, seriam mais ativos em campanhas eleitorais. Em síntese, a educação proveria o cidadão com recursos necessários e valiosos para a participação política, a partir da sua capacidade de comunicação e das suas habilidades cognitivas (DIAS; KERBAUY, 2015). De modo geral, quando analisado o grau de escolaridade dos respondentes, verificamos o predomínio desproporcional de filiados com nível superior completo, principalmente no PV, PT e DEM. Esse padrão de elitização da filiação contrasta com o eleitorado da capital, do qual apenas 16% acederam ao ensino superior. O PRTB é exceção a esse padrão, com 55,8% de seus filiados apresentando grau de escolaridade até o ensino médio (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Escolaridade dos respondentes

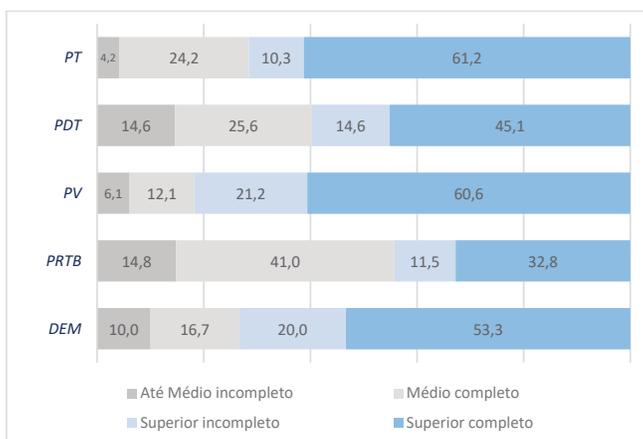
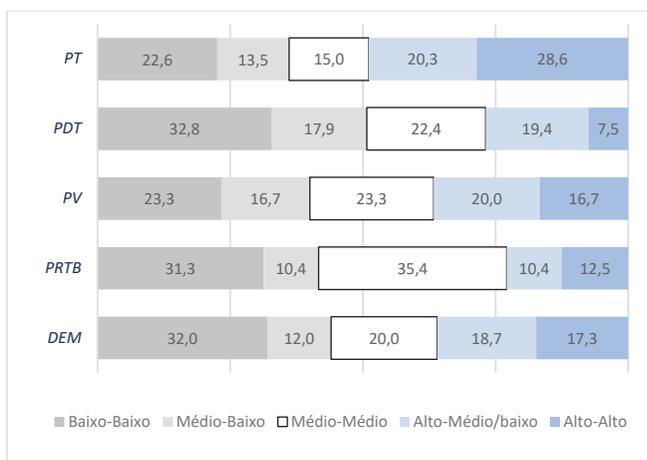


Gráfico 2 – Escolaridade dos pais¹⁰



Fonte: Elaboração dos autores

10 Os pais com formação até o Ensino Fundamental foram classificados como de “baixo” capital escolar, até o Ensino Médio como “médio” e como Ensino Superior como “alto”. A escala é duplicada, porque fez menção à combinação do capital escolar do pai e da mãe.

Outros agentes, representando redes de socialização prévia, como a família, também incidem sobre a participação política (SEARS, 1975; DAHL, 1997). Nesse sentido, ao considerarmos o capital escolar dos pais, verificamos um padrão similar; mas, dessa vez, os petistas se descolam dos outros partidos com 48,9% dos filiados, tendo ao menos um dos pais com nível superior, seguido pelo PV e DEM, com cerca de 36% (Gráfico 2). Em nossa amostra, PRTB e PDT seriam, portanto, mais permeáveis a indivíduos com baixo histórico de capital escolar. Estes dados contrastam parcialmente com os achados de Rodrigues (2002), autor que, ao estudar o recrutamento na Câmara dos Deputados, afirmava que os partidos de esquerda eram mais permeáveis a indivíduos desprovidos de capitais diversos, como educacional e financeiro. A ideia era que a estrutura organizativa dos partidos deveria, em tese, compensar essas distorções. Tal juízo, todavia, deve ser contrabalançado pela (não) intermediação das estruturas partidárias no nível local, em sua maioria, formadas por comissões provisórias (GUARNIERI, 2011, CERVI; BORBA, 2019) e pelas dinâmicas próprias de competição e de recrutamento no subsistema partidário carioca.

O padrão de elitização do recrutamento também pode ser aferido quando analisamos a renda individual. O valor mediano na maioria dos partidos está próximo à faixa de 3 mil reais, embora seja mais alta no PV e no DEM (Tabela 1). A título comparativo, a renda média per capita do cidadão fluminense é de R\$ 1.493,00 (PNUD, 2013)¹¹. Embora a comparação com a renda per capita seja imperfeita, é possível inferirmos que os filiados possuem situação econômica superior ao cidadão mediano, em virtude da associação entre renda e escolaridade, que, como vimos, é alta na amostra. Estes achados estão em consonância com o modelo de

¹¹ De forma complementar, se analisamos o perfil ocupacional predominante nos partidos verificamos que as categorias que mais se sobressaem são os empregados assalariados e os autônomos, com exceção do PT, onde há uma relevância maior do funcionalismo público. Verifica-se também uma proporção maior de aposentados no PDT, de empregadores no DEM, de autônomos no PV e de assalariados no PRTB. Como vimos estes dados diferem dos estudos de Amaral (2014), Ribeiro (2015) e Ribeiro e Amaral (2019) que, centrando-se no perfil de filiados de alta intensidade, verificaram a alta incidência de funcionários públicos em todos os partidos. Um número alto de funcionários públicos, entre delegados partidários, também havia sido detectado em um survey na Espanha (BARAS et al., 2015). Em nossa amostra a incidência de funcionários públicos concursados ou comissionados é de 24,2% no PT, 19,7% no PRTB, 18% no DEM, 12,1% no PV e de 9,8% no PDT, com média de 18,6%. No livro organizado por Van Haute e Gauja (2015), nos casos em que há informação disponível, é possível verificar que os partidos de esquerda são mais propensos a atrair funcionários públicos.

voluntarismo cívico de Dalton (2008), segundo o qual se espera que os filiados tenham mais idade, maior status social e, além disso, participação mais engajada do que o eleitor mediano. Este modelo, entretanto, não se restringe às características representadas pelo *status* dos indivíduos ou de recursos como “tempo, dinheiro e habilidades cívicas”, porque, em versões seguintes, adicionou-se à explicação a ideia de “senso individual de eficácia política” e, em versões posteriores, ressaltou-se a importância das redes de recrutamento que incluem convites feitos por pessoas próximas em ambientes de socialização diversos (VERBA; SCHLOZMAN; BRAD, 1995 *apud* SEYD; WHITELEY, 2002).

1.1 Capital social prévio e ativismo associativo

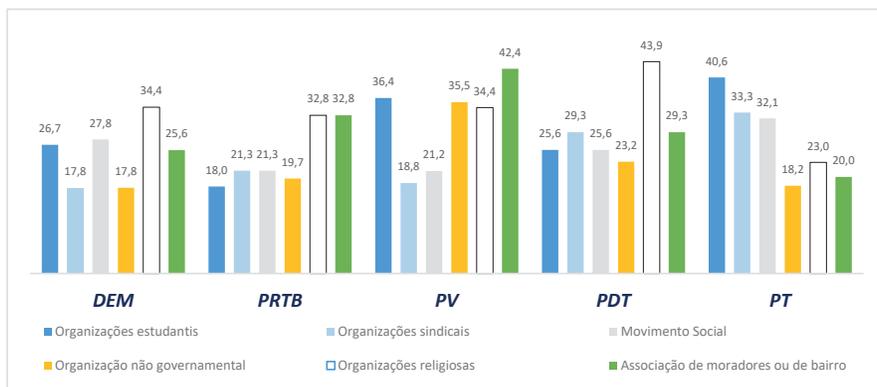
Seguindo o clássico estudo de Putnam (1993), um dos indicadores de vitalidade democrática é a participação dos indivíduos em associações, mesmo as que não apresentem um caráter estritamente político. A participação fortaleceria os laços de confiança e as redes de relações sociais, criando um ciclo virtuoso que favoreceria a cooperação, isto é, a resolução de dilemas coletivos. A partir do Gráfico 3, depreende-se que há, dentre os vários partidos cariocas, algum grau de eficiência no recrutamento ou na atração de indivíduos com experiência associativa prévia. Este achado não é trivial e demonstra os laços, mesmo que indiretos, estabelecidos entre a sociedade civil e o subsistema partidário.

O PRTB é o partido com maior número de indivíduos sem experiência anterior em organizações não partidárias, com cerca de 34,4%. Em contraste, no PV essa cifra é de apenas 6,1%. Por sua vez, 83,6% já participaram de algum tipo de associativismo no PT, enquanto no PDT e no DEM essa cifra é de 81,7% e 74,4%, respectivamente¹². Adicionalmente, PT, PDT e PV, se usarmos a mediana, tendem a mencionar a participação

12 Para todas as modalidades, a porcentagem de participação associativa dos filiados é muito maior do que a encontrada na população em geral, à exceção da participação em igrejas ou associações religiosas que, segundo o ISEB, era de 44,2% em 2018. Para se ter uma ideia, as porcentagens na população, relativas a outras modalidades associativas, eram de 11,1% em associação de moradores, 7,6% em sindicatos e 4,6% em organizações estudantis. Até mesmo formas de participação que demandam menos tempo e esforço, como grupos de discussão política em redes sociais, alcançavam apenas 12% de engajamento.

em duas organizações associativas, enquanto os membros do DEM e PRTB tendem a participar de apenas uma.

Gráfico 3 – Participação prévia em organizações da sociedade civil



Fonte: Elaboração dos autores

O tipo de inserção dos filiados em diferentes organizações apresenta razoável variação, embora com relevante capilaridade entre as diversas modalidades em todas as agremiações. Os filiados do PDT e DEM apresentam boa inserção e se sobressaem na participação em organizações religiosas, enquanto, por outro lado, o recrutamento do PV e PRTB têm se sobressaído em associações de moradores e religiosas. O PT, por sua vez, apresenta maior proporção de membros provenientes de organizações estudantis, sindicais e de movimentos sociais.

Cabe analisar, igualmente, se estes vínculos se mantêm com o ingresso dos indivíduos na política partidária. Neste sentido, para além dessa experiência prévia, é necessário mencionar que, para 78,5% dos que participaram em organizações religiosas, o vínculo permanece ativo mesmo depois do ingresso nos partidos. Para os que estavam vinculados a movimentos sociais, esta proporção é de 62,2%; já para ONGs, associações de moradores e sindicatos, esta cifra é menor, com 50%, 44,7% e 43%, respectivamente. Vale ressaltar a originalidade deste achado, da manutenção da intensidade dos vínculos prévios de associativismo e que se mantêm ativos quando da filiação partidária, embora o estudo de Speck, Braga e Costa (2015)

já houvesse apontado forte correlação entre filiação e associativismo. Em termos substantivos, “[...] a carreira política dos legisladores brasileiros inicia-se já distante das agremiações partidárias, o que faz com que as suas afinidades eletivas com as ideologias ocorram após estes já acumularem um capital individual razoável fora do partido” (CODATO; BERLATTO; BOLOGNESI, 2018, p. 874).

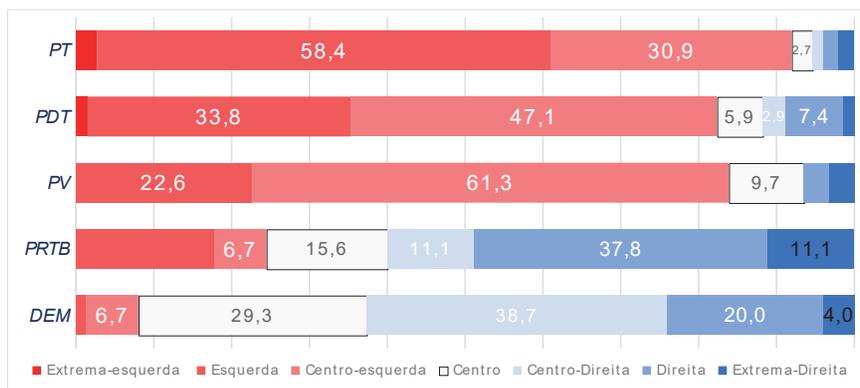
A sobreposição entre duas formas de participação de alta intensidade – filiação e associativismo – também podem ser tratadas como forte preditor de conexão eleitoral futura. Coradini (2011), ao analisar o perfil dos deputados federais em três legislaturas, sugere que estes vínculos/recursos são relevantes na reconversão de mandatos eletivos, considerando que aproximadamente 60% dos parlamentares apresentavam algum tipo de participação associativa prévia. A intensidade dos vínculos prévios, aqui identificados, ajuda-nos a pôr em tela e a relativizar as explicações que acentuam apenas o potencial competitivo de outras formas de engajamento cívico em relação à política institucional, mais especificamente em relação aos partidos políticos (DALTON; WATTENBERG, 2000; SCARROW, 2015). Por fim, reafirma-se a necessidade de considerarmos, em análises futuras, a importância das trajetórias de engajamento em múltiplos espaços sociais e políticos através da socialização e formação de vínculos em redes sociais preexistentes (OLIVEIRA, 2013).

4.3 Ideologia e valores pós-materialistas

Solicitamos aos entrevistados que, em momentos diferentes, se autclasificassem ideologicamente e ao partido ao qual estavam filiados. As duas classificações apresentavam uma correlação de 0,626 no teste de Pearson; por isso, decidimos utilizar apenas a autoidentificação ideológica dos respondentes. No Gráfico 4, ordenamos os partidos da esquerda para a direita – PT, PDT, PV, PRTB e DEM – e verificamos que a autoclassificação dos filiados se conjuga razoavelmente bem com a esposada por *experts* (TAROUÇO; MADEIRA, 2015). Em nossa amostra, referenciada na política local, os filiados do PRTB tendem a se classificar mais à direita, enquanto os Democratas apontam uma propensão relativamente mais centrista e à direita. Entre os partidos de esquerda, os filiados ao PT se classificaram majoritariamente mais à esquerda e mais afastados do centro do que os do

PDT. Por sua vez, os filiados ao PV tendiam a se classificar majoritariamente como de centro-esquerda (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Autoclassificação ideológica dos filiados



Fonte: Elaboração dos autores

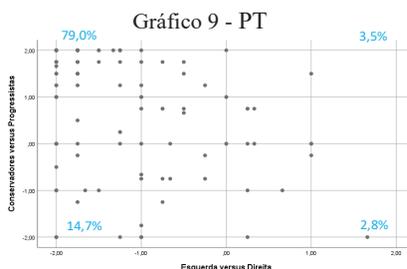
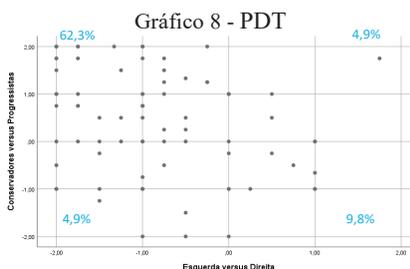
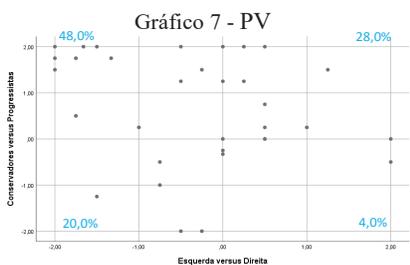
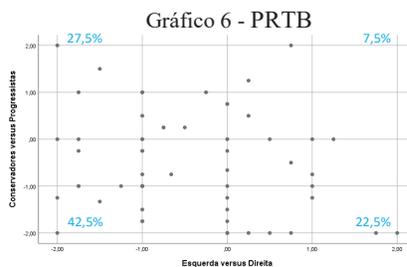
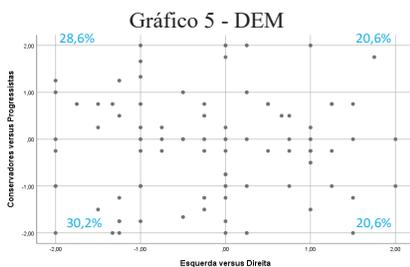
Segundo Bobbio (1995), os conceitos esquerda e direita possuem relevância histórica justamente por serem categorias de conteúdo flexível, adaptáveis a contextos diferentes ou, segundo Tavares (2015), por funcionarem como significantes vazios. Parte do desafio heurístico no uso e na análise dessas categorias consiste em identificar quais *issues*, em contextos concretos, justapõem ou contrapõem os indivíduos/partidos. Se há consensos identificáveis sobre certos temas, pouca relevância eles terão na definição de preferências políticas, nas escolhas fundamentadas sobre horizontes futuros (ou de reinterpretção do passado), de políticas públicas e de escolhas entre organizações que competem no mercado eleitoral (DOWNS, 1999). Considerando que os indivíduos podem abraçar visões diferentes do que representam cada um desses conceitos abstratos, ofertamos um conjunto de afirmações para que os filiados expressassem seu grau de (dis)concordância – e que envolviam não somente as clássicas questões econômicas, mas também uma bateria de questões valorativas pós-materialistas¹³.

13 Utilizamos a escala *Likert* e atribuímos a cada uma das respostas uma mensuração de intensidade: concorda muito (+2); concorda pouco (-1); não concorda, nem discorda (0, opção não lida); discorda pouco (-1) e discorda muito (-2). O posicionamento, no gráfico, variando entre -2 e +2, expressa o “posicionamento médio”.

Na dimensão econômica clássica, apresentamos os seguintes enunciados: “O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir impostos” (D); “O governo deve regular os fluxos de capital financeiro” (E); “A privatização das empresas estatais foi ruim para o país” (E) e “É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os empregados” (D). Na dimensão pós-materialista, ofertamos as seguintes proposições: “O consumo de drogas deve ser descriminalizado no país” (P); “O casamento de pessoas do mesmo sexo deve ser permitido no Brasil” (P); “As mulheres devem ter o direito de decidir pela interrupção da gravidez” (P); “Direitos humanos devem valer para todos, inclusive bandidos” (P)¹⁴. A dispersão dos filiados por partido é apresentada nos gráficos a seguir.

corresponde ao somatório do grau de concordância para cada enunciado, dividido por 4. A título de exemplo, se o filiado responder sempre que “concorda muito”, a média será igual a 2, resultante da seguinte operação $(2+2+2+2)/4$. Em seguida, classificamos os enunciados como de esquerda (E) ou direita (D) no eixo horizontal e de progressistas (P) ou conservadores (C) no eixo vertical.

- 14 Duas das perguntas tiveram baixa capacidade de diferenciação entre os partidos – uma que dizia respeito ao controle de fluxos do capital financeiro e outra com o seguinte enunciado: “Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres”. Interpretamos que a última questão não apresentava um enunciado adequado, considerando que há várias formas de mitigar as diferenças sociais, via Estado ou mercado; por isso, decidimos retirá-la da análise.



Fonte: Elaboração dos autores

Os gráficos de dispersão indicam que os filiados do PRTB seriam mais propensos a defender visões de mundo mais associadas à esquerda na área econômica (70%)¹⁵, conjugados com o predomínio de uma agenda conservadora na área dos costumes (65%); no caso do DEM, há uma maior dispersão entre os quadrantes, com 58,8% localizados na “esquerda” e na

¹⁵ Somando as porcentagens indicadas nos quadrantes, por exemplo, com a soma de 27,5% no quadrante superior à esquerda com 42,5% no quadrante inferior também à esquerda.

“centro-esquerda”¹⁶, mas com uma divisão mais parelha entre conservadores e progressistas. O PV também estaria posicionado mais à esquerda (68%), com elevada atração de filiados progressistas (76%). Por sua vez, os filiados de perfil progressista na área dos costumes também são predominantes nos partidos da esquerda, tanto no PDT (62,3%) quanto no PT (82,5%).

Esses dados indicam que o PT pode ser posicionado mais à esquerda do PDT e este mais à esquerda do centrista PV e que estes posicionamentos estão em consonância com a autoclassificação de seus filiados. De certo modo, é congruente a posição relativa (PT - PDT - PV) entre estes partidos quando consideramos as duas formas de mensuração. Os resultados da dispersão demonstrariam, por outro lado, que o PT é o partido com maior grau de coesão interna, seguido pelo PDT, com a imensa maioria de seus filiados espacialmente próximos e classificados como “esquerda progressista”. O mesmo não pode ser afirmado sobre o DEM e o PRTB, sendo este último o caso mais sintomático da incongruência entre as duas medidas. A análise das baterias indica o DEM como um partido de recrutamento mais centrista no nível local (ou *catch all party*) e o PRTB como um partido com forte atração de indivíduos de perfil conservador.

5. Formas de ingresso e participação partidária no município do Rio de Janeiro

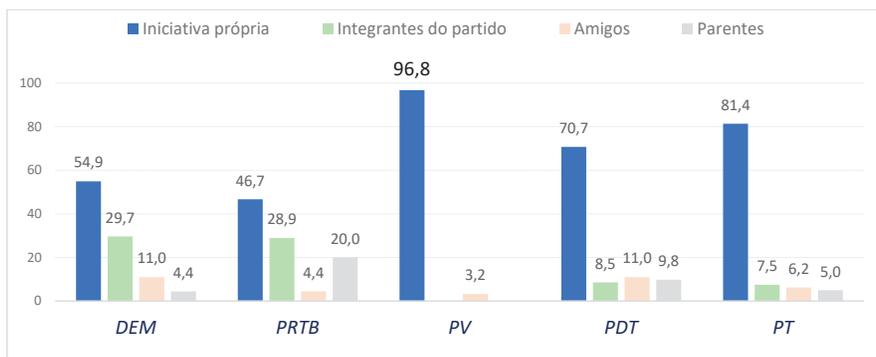
5.1 Recrutamento partidário ativo ou receptivo?

Para uma melhor compreensão dos motivos que levam um indivíduo a ingressar em um partido político, é necessário explorar a via do recrutamento. Para tratar desse desafio, induzimos o respondente a indicar se sua filiação foi: a) motivada por iniciativa própria, b) através da convocação de representantes partidários ou, ainda, c) derivada do convite de outros indivíduos, parentes ou amigos. Em consonância com o padrão de filiação

16 O gráfico de dispersão, e a intensidade do grau de concordância, apresentam um padrão que desloca os partidos mais para a esquerda, em parte, porque há um “consenso forte” acerca dos controles sobre os fluxos de capital financeiro. Se retirássemos essa questão, obviamente ocasionaríamos um novo deslocamento no posicionamento dos indivíduos/partidos no espectro ideológico. Uma parte do viés classificatório produzido, e com resultados possivelmente contestáveis, é oriundo do número limitado de questões presentes no *survey*.

identificado em países europeus, verificou-se o predomínio do autorrecrutamento, isto é,

Gráfico 10 – Recrutamento ativo ou receptivo



Fonte: Elaboração dos autores

Não obstante, sobressaem-se no DEM e no PRTB os laços ou as redes de socialização prévia; dentre elas, as iniciativas proativas de integrantes dos partidos. No total da amostra, cerca de 35% dos filiados foram convidados ou estimulados por outros a ingressarem nos partidos, em consonância com a sugestão dos modelos de voluntarismo cívico e de mobilização social (SEYD; WHITELEY, 2002). Nesses casos, o recrutamento ativo dos partidos poderia ser indicativo de estratégias individuais de políticos ou lideranças visando ao fortalecimento eleitoral ou de posições internas dentro do partido (PERES; MACHADO, 2017), o que ajuda a explicar a predominância desse tipo de recrutamento ativo na amostra de militantes de alta intensidade em São Paulo (AMARAL, 2014; RIBEIRO, 2015)¹⁷. A título de hipótese, podemos inferir que o formato de recrutamento ativo nos partidos de direita, incorporado à lógica de competição pelo poder

17 Outra especificidade do estudo de Ribeiro e Amaral (2019), que se distancia dos achados da literatura europeia e do padrão identificado em nossa amostra, é a indicação de que apenas 6,5% dos entrevistados teriam se autorrecrutado. O "grosso" dos respondentes teria justificado a entrada no partido por meio do recrutamento partidário através de outros filiados (29,2%), de membros eleitos/assessores (9,2%) e de candidatos/assessores (6,1%).

intrapartidário, implicaria ofertas de incentivos seletivos como método de atração de potenciais filiados.

5.2 Graus e tipos de engajamento em atividades partidárias

Em dado momento, perguntamos quantas horas os filiados despendiam por mês em atividades partidárias. A maioria dos filiados do PRTB e do PV não dedicava uma hora sequer a atividades partidárias, em contraste com o PT que apresentava apenas 1/3 de membros inativos.¹⁸ Em termos comparados, o estudo de Van Haute e Gauja (2015) apontava uma média de 47,9% de indivíduos inativos na amostra de países considerados, contra 43,5% em nossa amostra. Se usarmos o critério de corte sugerido pelos autores, acima de 10 horas de participação por mês, constata-se a predominância de um “núcleo de ativistas” superior 1/4 dos filiados no PV e no PT, enquanto nos outros partidos este grupo é inferior a 1/5 de seus membros.

Tabela 2 – Quantidades de horas por mês dedicadas a atividades partidárias¹⁹

Partido	0 horas Inativos	1 - 5 horas	6 - 10 horas	Acima de 11 horas Core de ativistas
DEM	46,8%	22,1%	13,0%	18,2%
PRTB	58,6%	15,5%	8,6%	17,2%
PV	51,5%	12,1%	12,1%	24,2%
PDT	42,9%	27,3%	10,4%	19,5%
PT	34,7%	16,0%	18,7%	30,7%

Fonte: Elaboração dos autores

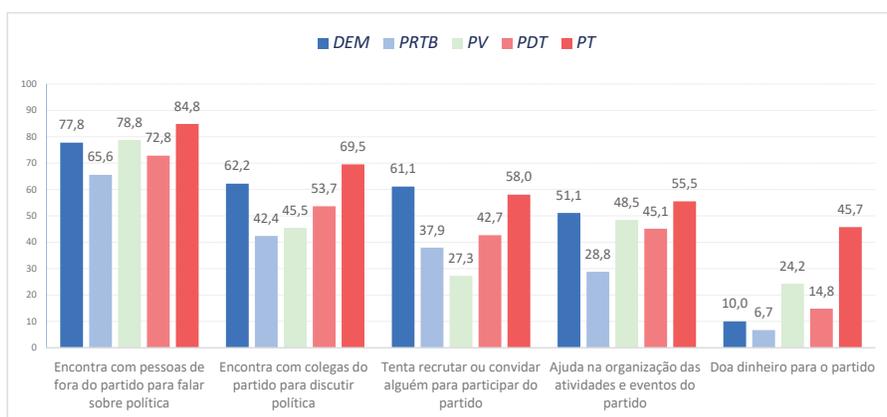
A participação e o engajamento dos filiados variam conforme o tipo de atividade partidária, com baixa frequência de doação de dinheiro aos partidos, com a destacável exceção do PT, e com maior empenho em atividades que envolvam encontrar pessoas e colegas do partido para discutir política (Gráfico 11). Os membros do PRTB apresentam menor empenho

18. Esses dados estão em consonância com parte da literatura que trata o Partido dos Trabalhadores como uma exceção no sistema partidário brasileiro, devido ao alto grau de institucionalização de sua organização partidária e de seus laços com a sociedade civil organizada (MENEQUELLO, 1989; AMARAL, 2011).

19. Número de respondentes igual a 395, com 36 “não respostas”.

em quase todas as atividades e os filiados do PT e do DEM, por sua vez, são os que declaram maior empenho em recrutar membros para o partido e na organização das atividades e eventos do partido, isto é, em ações que consomem mais tempo e esforço e são definidas como de “alta intensidade” (SEYD; WHITELEY, 2002).

Gráfico II – Participação em atividades partidárias



*Somatório dos que dizem participar sempre, na maioria das vezes, ou às vezes em atividades partidárias (com exclusão dos que declararam “nunca” participar)

Fonte: Elaboração dos autores

Sob outra perspectiva, solicitamos que os filiados avaliassem o grau de influência sobre as decisões dos seus respectivos partidos, separando aqueles que já participaram de alguma atividade interna daqueles que não o fizeram. As notas conferidas são baixas, quase independentemente do grau de envolvimento partidário. As notas dos filiados “ativos” apresentaram a seguinte distribuição: DEM (3,5), PDT e PRTB (2,7), PT (2,5) e PV (1,7). No caso dos filiados do PT, este achado é contraintuitivo, se consideramos o processo de eleições diretas (PED) realizadas para eleições majoritárias, o que, ao que parece, não teria sido suficiente para melhorar a percepção de eficácia individual de seus membros em relação às elites partidárias. Em contraposição, na dimensão eleitoral, o acesso à *nominata* é considerado “aberto” pela maioria dos filiados, com exceção do PRTB. Os que consideraram o processo “muito aberto” ou “um pouco aberto”

eram assim distribuídos: PT (67%), DEM (57,4%), PDT (53,3%), PV (52,6%) e PRTB (37,5%).

Esse conjunto de dados é indicativo de uma provável centralização do processo decisório interno no nível municipal, mas que, em tese, poderia ser contrabalançado pela percepção de franqueamento do acesso à nominata. Dito de outra forma, é como se houvesse um “efeito compensação” que poderia atrair parte dos filiados que querem predominantemente participar do jogo eleitoral. A ambição na carreira seria uma forma de avançar a agenda própria de “eficácia política”, já que é percebida como irrisória a capacidade de influenciar internamente as decisões ou os “rumos” do partido. Em resumo, os incentivos seletivos seriam mais atrativos do que os incentivos coletivos ideológicos.

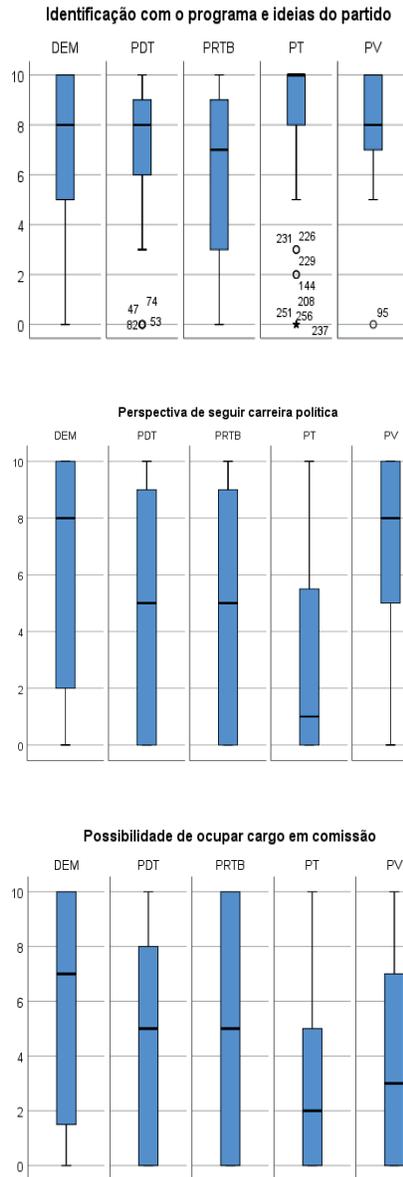
6.O debate sobre o “motor da filiação”: ideologia ou incentivos seletivos?

Como vimos na revisão teórica, as inferências em relação ao peso das variáveis ideologia ou ambição de carreira (ou de incentivos seletivos) não são coincidentes. Para lidar com o desafio de dimensionar o impacto da ideologia, contrastamos metodologicamente os resultados de diferentes formulações de perguntas e filtros de análise e, ao final, controlamos pelos prospectos de ambição na carreira por meio das variáveis “candidatura” e da presença em “cargos comissionados”. Argumentamos que, quando estas duas variáveis não são levadas em consideração em *surveys*, os resultados podem ser viesados em favor da importância da ideologia.

Logo no início do questionário, com uma métrica estruturada, pedimos que os filiados avaliassem a importância, a partir de notas de 0 a 10, de alguns fatores que teriam influenciado o ingresso em suas respectivas legendas. Ofertamos, então, alguns enunciados que incorporam os tipos de incentivos indicados pela literatura: ideológicos ou programáticos, influências relacionais²⁰ e incentivos estratégicos.

20 Oferecemos seis enunciados, mas apresentamos graficamente somente aqueles que dizem respeito à mensuração do fator ideologia e aos incentivos seletivos (ou estratégicos) relacionados a cargos em comissão e à carreira política.

Gráfico 12 – Três dimensões da influência na decisão de filiação



Fonte: Elaboração dos autores

Ideologia é a categoria que pontuou mais alto, com média de 7,3, seguida pelo contato de amigos militantes no partido (5,2) e pela possibilidade de influenciar a escolha dos candidatos (5,1). Em seguida, vêm os incentivos instrumentais, como a possibilidade de seguir carreira política (4,6) e ocupar cargo em comissão (4,4). A categoria com menor relevância, que pontuou menos, foi “a influência de familiares que já estão na política”. Há, como era de se esperar, diferenças relevantes entre os partidos analisados (Gráfico 12). Quando consideramos a ideologia e a identificação com o programa do partido, o PT e o PV se descolam dos demais, seguidos em ordem decrescente pelo PDT, DEM e PRTB. Por fim, quando voltamos nossa atenção aos “incentivos seletivos exclusivos” (SCARROW, 2015), aqueles que implicariam a aposta na trajetória individual, na ambição de carreira eleitoral ou na opção por ocupar cargo em comissão, o PT e o PV apresentaram os escores mais baixos; o DEM, os mais altos.

Em outro momento, nós questionamos, mediante uma pergunta aberta, o motivo pelo qual os indivíduos se filiaram ao partido. Nesse caso, consideramos apenas aqueles que responderam que o fizeram “por iniciativa própria”, de modo a evitar a “contaminação” pelos que foram recrutados por terceiros. Dos que se autorrecrutaram, os que mencionaram a ideologia como fator principal representaram 63% no PV, 56% no PT e PDT, 32% no DEM e 24% no PRTB. Por outro lado, 48% dos filiados do PRTB mencionaram a importância dos incentivos eleitorais, isto é, a possibilidade de concorrer a cargos eletivos ou de ajudar na candidatura de amigos²¹.

Como havíamos mencionado antes, a questão da motivação ideológica nos conduz ao problema recorrente em *surveys*, oriundo do viés das “respostas socialmente aceitáveis”. Levando em consideração esse problema, incluímos outra pergunta aberta, porém com enunciado diferente, questionando os respondentes sobre “o que diferenciaria o partido ao qual estavam filiados das outras legendas” (e analisamos somente aqueles que não migraram de partido).

21 Adicionalmente, parte dos filiados do DEM (20%) e do PDT (16%) mencionaram a aproximação e a identificação com lideranças como um dos motivadores para o ingresso no partido.

Um primeiro parâmetro relevante é a porcentagem daqueles que não souberam responder ou que afirmaram que não há diferenças entre os partidos, correspondendo a 48,9% no PRTB, 27,4% no PDT, 22,7% no PT, 22,6% no DEM e 14,8% no PV. Em seguida, verificamos que o PV e o PT mencionaram, em maior proporção, a ideologia ou questões programáticas como fatores que diferenciam seus partidos dos outros (63% e 42,6%, respectivamente). No DEM e PDT, esta cifra é de 25,8%; no PRTB, de apenas 8,9%. Por outro lado, houve menções frequentes e genéricas à história do partido no PT e no PDT e, também, a políticas públicas específicas – caso da educação no PDT e de várias políticas públicas no caso do PT que ressaltavam a eficácia na redução das desigualdades sociais: Bolsa Família, Prouni, FIES, Minha Casa Minha Vida, PAC e Ciências sem fronteiras. Esses fatores, relacionados à história ou às políticas públicas, raramente foram citados por filiados dos outros partidos.

Em termos metodológicos, observam-se diferenças marcantes na mensuração da “magnitude da ideologia”, a depender da estrutura da formulação da pergunta e do filtro utilizado – se consideramos todos os filiados, apenas os que se autorrecrutaram ou os que não migraram²². No entanto, independentemente do método empregado, obtivemos resultados parecidos na comparação entre os partidos: com PV e PT alternando-se na primeira posição, seguidos pelo PDT e DEM e, em último lugar, pelo PRTB.

No entanto, não cogitamos que questões que tratem de percepções sobre o motivo de ingresso nos partidos sejam suficientes, nem que sejam os melhores “testes de verificação”, considerando que outros indicadores comportamentais nos ajudariam a pôr em tela as diferenças e a “controlar”, ainda que indiretamente, o peso do fator ideologia (Tabela 3). Se levarmos em consideração, simultaneamente, a participação em cargos em comissão ou o lançamento de candidaturas, verificamos que o acesso consumado a incentivos seletivos (A + B + C, na tabela 3) decresce, quando nos movemos da direita para a esquerda, e que esses tipos de incentivos não seriam os fatores principais no processo de filiação partidária. Em resumo,

22 Os filtros de análise, obviamente, diminuem o tamanho dos subgrupos de análise – do total de 431 para 335, quando consideramos somente os que não migraram, e para 262, quando consideramos apenas os que se autorrecrutaram.

os prospectos de ambição na carreira apontariam para o seguinte ordenamento: DEM – PTRB – PV – PDT – PT.

Tabela 3 – Incentivos seletivos, candidaturas e cargos comissionados (%)

	A) Tem cargo em comissão?	B) Já teve cargo em comissão?	C) Já se candidatou?	D) Interesse em candidatar-se?	A + B + C	A + B + C + D
DEM	6,7%	21,1%	38,9%	50,0%	48,9%	68,9%
PRTB	1,6%	19,7%	36,1%	50,8%	47,5%	68,9%
PV	3,0%	9,1%	27,3%	73,3%	36,4%	78,8%
PDT	0,0%	13,4%	11,0%	46,9%	22,0%	56,1%
PT	2,4%	9,7%	4,9%	27,8%	15,2%	35,8%

Fonte: Elaboração dos autores

Não obstante, se utilizássemos um critério mais exigente e acrescentarmos, na equação, as expectativas de candidatura (D), evidenciaríamos a prevalência dos incentivos seletivos no processo de filiação (e de retenção) superior a 2/3 no DEM, PRTB e PV, majoritário no caso do PDT e minoritário, correspondendo a cerca de 1/3, no caso do PT. Estas evidências, portanto, ajudam a relativizar o peso declarado da ideologia no processo de filiação, tal como retratado em *surveys* nacionais (AMARAL, 2014; FLORIANO, 2015; RIBEIRO; AMARAL 2019) e internacionais (VAN HAUTE; GAUJA, 2015; WHITELEY; SEYD; RICHARDSON, 1994), embora o acesso aos incentivos seletivos não deva ser interpretado como antagonico ou excludente em relação aos incentivos ideológicos.

Considerações finais

Como primeira constatação, e a mais óbvia, nosso estudo ratifica a hipótese de sobrerrepresentação de homens brancos, em idade madura, e com elevado capital educacional e renda, assinalando um padrão elitizado de recrutamento partidário. Como pontos positivos, por outro lado, podemos mencionar o recrutamento de jovens, que atingiu 22% da amostra, e o elevado grau de capital social prévio dos filiados, com taxa bem acima da apresentada no eleitorado, o que pode, em tese, favorecer a legitimidade representativa dos partidos ao garantir algum grau de conexão com as

demandas da sociedade civil. Essas conexões e os vínculos permanecem, de modo geral, mesmo após o ingresso nas organizações partidárias. Poderíamos imaginar como hipótese que esses vínculos associativos prévios, em virtude da militância multisituada, compensariam a ausência de “eficácia individual” no processo decisório interno proveniente do grau de centralização dos partidos.

Como vimos na revisão dos determinantes da filiação partidária, a literatura brasileira (1) atesta a importância do lançamento de candidaturas como motor da filiação, (2) ressalta a heterogeneidade da natureza da filiação e dos vínculos estabelecidos com os partidos, e (3) identifica um processo de migração partidária intenso. Podemos considerar que estes achados apontam para a *importância* dos incentivos seletivos ou *instrumentais eleitorais no processo de filiação*. Por outro lado, os estudos que tomam como foco analítico os partidos (4) ressaltam a importância da ideologia, embora com variações significativas entre eles.

Quando consideramos as diferenças entre as agremiações, assoma a maior importância da ideologia para os partidos de esquerda e para o centrismo PV. No caso destes partidos, há concordância entre a autoidentificação ideológica com as baterias de questões que evidenciam posicionamentos ideológicos à esquerda e maior grau de coesão interna. Essa congruência e essa coesão não se repetem no caso das legendas de direita no nível local, apesar de apontarem a maior prevalência de valores conservadores, principalmente no PRTB. Esses padrões provavelmente estão relacionados tanto ao perfil da oferta de filiados quanto aos padrões de recrutamento partidário ativo, embora nossa amostra indique que, pelo lado da demanda, apenas 35% dos filiados haviam sido recrutados pelas redes político partidárias.

Em outro momento, buscamos redirecionar nossa análise com o intuito de enfrentar as interpretações não coincidentes na literatura brasileira sobre o motor da filiação, se predominantemente instrumental ou ideológica. Nos *surveys* comparados, a ideologia é apontada com a primeira e principal justificativa para a adesão aos partidos políticos (VAN HAUTE; GAUJA, 2015; WHITELEY; SEYD; RICHARDSON, 1994). No entanto, duas questões devem ser, aqui, consideradas. A primeira é o viés

metodológico presente em *surveys* relacionado ao viés de produção de respostas socialmente aceitáveis. A segunda questão implica a observação de que ideologia e incentivos seletivos ou instrumentais eleitorais não devem ser necessariamente tratados como excludentes, embora seja difícil operacionalizar o peso relativo entre as duas variáveis. Mesmo considerando esses limites e obstáculos, buscamos dimensionar, a partir da formulação de diferentes perguntas e com diferentes filtros de análise, a importância do fator ideológico no processo de filiação.

À guisa de conclusão, na comparação entre os cinco partidos aqui estudados, com todos os limites especificados na seção metodológica, verificamos que a ideologia tem maior peso nos partidos de esquerda e no PV, enquanto, em contraste, nos partidos de direita há maiores expectativas relacionadas à ambição na carreira, tanto de acesso a cargos comissionados quanto na opção pela disputa de pleitos eleitorais. Obviamente, a depender do critério utilizado, teremos dimensionamentos diferentes do peso da ideologia no processo de filiação entre os partidos. Se tomarmos como critério o acesso “efetivo” a cargos e à nominata, contornando o fato de que ideologia e incentivos seletivos não são necessariamente excludentes, diríamos que o peso dos incentivos seletivos não é majoritário entre os filiados e produziriam o seguinte ordenamento entre os partidos: DEM (48,9%), PRTB (47,5%), PV (36,4%), PDT (22%) e PT (15,2%). No entanto, se inserimos, nesta equação, as expectativas futuras, representadas pelo interesse em candidatar-se, com a notável exceção do PT, o peso dos incentivos “instrumentais” seria majoritário entre os partidos.

Para concluir, vimos que a percepção sobre o grau de influência nas decisões internas é muito baixo; em contrapartida, os filiados consideram que o processo de formação das nominatas é permeável. Ou seja, como fator explicativo, podemos sugerir que a estrutura interna dos partidos, em tese, favoreceria mais aqueles que buscam incentivos seletivos, via acesso à nominata, do que aqueles que se interessam por influenciar o processo decisório interno. Essas questões merecem outros estudos exploratórios, mas podem ser um indicador da baixa atratividade dos processos partidários internos, visto que cerca de 43,5% dos filiados são inativos, isto é, não dedicam uma hora sequer a atividades partidárias.

Referências

- AMARAL, O. do. Por dentro das bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. Paper preparado para apresentação no Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, 2014, p.1-19.
- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.
- AMARAL, Oswaldo. Por dentro das bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. Paper preparado para apresentação no Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, 2014.
- ARAÚJO, C. M. de O. Cultura Política, gênero e mediações entre participação e representação política. **Gênero**, Niterói, v. 14, p. 11-27, 2014.
- ARAÚJO, C.; BORGES, D. O gênero, os elegíveis e os não-elegíveis: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). *Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo: ABCP, 2012. p. 337-385.
- BALE, T.; WEBB, P.; POLETTI, M. **Footsoldiers**. Political Party Membership in the 21st Century. London: Routledge, 2019.
- BARAS, M; BARBERÁ, O; BARRIO, A; CORREA, P; RODRÍGUES-TERUEL, J. Party membership in Spain and congress delegates. In: VAN HAUTE, E; GAUJA, A. **Party Members and Actí vists**. London: Routledge, 2015. p. 17-33.
- BERINSKY, A. J.; LENZ, G. S. Education and Political Participation: Exploring the Causal Link. **Polit Behav.**, v. 33, p. 357-373, 2011.
- BOBBIO, N. . **Direita e Esquerda**: Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. **The American voter**. New York: Wiley, 1960.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121-151, 2015.
- CAREY, J.; SHURGART, M. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, 417-439, 1995.
- CERVI, E.; BORBA, F. Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 65-92, 2019.
- CERVI, E. U.; TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, p. 494-521, 2020.
- CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: Uma classificação empírica. **Análise Social**, v. 4, n. 229, p. 870-897, 2018.

CORADINI, O. L. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 197-220, jan./abr. 2011.

CROSS, W.; YOUNG, L. The contours of political party membership in Canada. **Party Politics**, v. 10, n. 4, p. 427-444, 2004.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da USP, 1997.

DALTON, R. J. Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation. **Political Studies**, v. 56, n. 1, p. 76-98, 2008.

DALTON, R.; WATTENBERG, M. (ed.). **Parties without Partisans**: Political Change in Advanced Industrial Democracies, Oxford, Oxford University Press, 2000.

DIAS, A. L. V.; KERBAUY, M. T. M. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 149-181, dez. 2015.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FAPESP. Biblioteca Virtual da FAPESP. **Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994 e 2014)**. 2021. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/148540/organizacao-e-funcionamento-da-politica-representativa-no-estado-de-sao-paulo-1994-e-2014/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

KATZ, R.; KATZ, R.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5- 28, 1995.

KATZ, R.; MAIR, P. The Cartel Party Thesis: A Restatement. **Perspective on Politics**, v. 7, n. 4, p. 753-766, 2009.

KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005.

KIRCHHEIMER, KIRCHHEIMER, O. [1966]. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, abr. 2012.

LIMA JR., O. B. **Democracia e Instituições Políticas** no Brasil dos Anos 80. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MACHADO, A. **Recrutamento partidário de jovens no Rio Grande do Sul**. 2016. 237 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2016.

MAINWARING, S. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization**: The Case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999

MENEGUELLO, R. **PT**: A formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Ed. Unesp. 2010.

MINGARDI, L. **O ciclo da filiação partidária** no contexto brasileiro. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, W. J. F. “A arte de resistir às palavras”: Inserção social, engajamento político e militância múltipla. *In*: SEIDL, E; GRILL, G. (org.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 141-175.

PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL, J. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 388-408, nov. 2007.

PALUDO, J. R. **Intensidade da participação de delegados do PT**. Paper apresentado no IX Encontro da ABCP, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9480?locale-attribute=en> (Acesso em 19 dez 23). p. 1-26.

PALUDO, J. R.; BORBA, J.; GIMENES, E. R. Participação de alta intensidade entre os filiados ao partido dos trabalhadores no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 27, p. 189, 2018.

PALUDO, PANEBIANCO, A. **Political Parties: Organization & Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PEDERSEN, K.; BILLE, L.; BUCH, R.; ELKLIT, J.; HANSEN, B.; NIELSEN, H. Sleeping or active partners? Danish Party Members at the Turn-of the Millennium. **Party Politics**, v. 10, n. 4, p. 367-383, 2004.

PERES, P.; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, jan./abr. 2017.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**. Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RIBEIRO, P. F. **Joining a Political Party: Paths to Membership and Activism in Contemporary Brazil**. Salamanca: Universidad de Salamanca; Instituto de Iberoamérica, 2015. (Documentos de Trabajo, n. 26).

RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. Party Members and High-Intensity Participation: Evidence from Brazil. **Revista de Ciência Política**, v. 39, n.3, p. 489-515, 2019.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Editora Edusp, 2002a. RODRIGUES, L. M. **Partidos, Ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARTORI, G. Engenharia Constitucional: Como Mudam as Constituições. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

SCARROW, S. **Beyond Party Members**. Changing approaches to partisan mobilization. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SCARROW, S.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. **Party Politics**, v. 16, 6, p. 823-843, 2010.

SEARS, D. O. Political socialization. *In*: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (ed.).

In F. I. Greenstein, & N. W. Polsby (**Handbook of political science**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975. v. 2. p. 93-153.

SEYD, P.; WHITELEY, P. **Labour's grass roots**: The politics of party membership. Palgrave Macmillan: Oxford University Press, 1992.

SEYD, P.; WHITELEY, P. The Grassroots Members: Who Are they?. *In*: SEYD, P.; WHITELEY, P. **New Labour's Grassroots**. Palgrave Macmillan: Oxford University Press, 2002. p.31-48.

SEYD, P.; WHITELEY, P. British Party Members: An Overview. **Party Politics**, v. 10, n. 4, p. 355-366, 2004.

SPECK, B. Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. 2, p. 107-124, 2013.

SPECK, B.; BRAGA, M. do S.; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 125-148, dez. 2015.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. M. Os partidos políticos segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.

TAVARES, R. **Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Brasil tem 16,4 milhões de filiados a partidos políticos**. 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/brasil-tem-16-4-milhoes-de-filiados-a-partidos-politicos>. Acesso em: 28 abr. 2021.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. Going, going... gone? Party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, v. 51, issue 1, p. 24-56, 2011.

VAN HAUTE, E; GAUJA, A. (ed.). **Party Members and Activists**. London: Routledge, 2015.

WHITELEY, P.; SEYD, P.; RICHARDSON, J. **True Blues**: The Politics of Conservative Party Membership. Oxford: Oxford University Press, 1994.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *In*: POWER, T. J.; ZUCCO JR. (org.). **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 37-60.

Recebido em 17/03/2023
Aceito em 29/08/2023
Versão final em 26/10/2023

Local party recruitment: an analysis of the profile of members and incentives for joining political parties in Rio de Janeiro

Abstract

There are a few recent studies in Brazil that have addressed the theme of membership from the internal point of view of party organizations. In part of this literature, the main limits to the advancement of knowledge reside in the difficulty of accessing the parties and, once this barrier is overcome, in the quality of the internal records of the affiliates. In this article we explore the results of a telephone survey resulting from a convenience sample of members of five political parties in the city of Rio de Janeiro – DEM, PRTB, PV, PDT and PT –, seeking to analyze the profile of the members, the type of bond and the degree of party activism. As the main theoretical object, and in conjunction with one of the main debates in the field, aimed at determining the “engine of affiliation”, we will examine the weight of the variable’s ideology or career ambition in the process of joining and/or retaining the party.

Keywords: Party affiliation. Political parties. Party recruitment.